



1
2
3 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
4 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH
5 SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
6 HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

52ª REUNIÃO ORDINÁRIA do CNDI

24 de agosto 2011 – Belém-PA.

Resumo Executivo

7 Ao vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e onze, reuniu-se o para
8 sua 52ª Reunião Ordinária, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI,
9 sob a presidência do Sr. Wilson Augusto de Oliveira. **Presentes.** Sra. Magda
10 Hennes – *Titular do Ministério das Cidades*; Sra. Fátima Rodrigues Guimarães;
11 Sra. Luiza Fernandes Machado – *Titular do Ministério da Saúde*; Sra. Vera
12 Nícia Fortkamp de Araújo – *Titular da Associação Nacional de Gerontologia do*
13 *Brasil*; Sra. Sandra de Mendonça Mallet – *Titular do Centro Interdisciplinar de*
14 *Assistência e Pesquisa em Envelhecimento*; Sra. Lilian Alicke – *Titular da*
15 *Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares*; Sr. João Batista Lima
16 Filho – *Titular da Pastoral da Pessoa Idosa*; Sra. Yélena de Fátima Monteiro de
17 Araújo – *Associação de Promotores de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e*
18 *da Pessoa com Deficiência*; Sra. Jurilza Maria Barros de Mendonça – *Conselho*
19 *Federal do Serviço Social/CFESS*; Sr. Carlos Frederico Bastos Peres da Silva –
20 *Ministério das Relações Exteriores*; Sr. Bruno Giovanni Reis – *Titular do*
21 *Ministério do Turismo*; Sra. Sara Maria Araújo Melo – *Titular da Associação*
22 *Nacional dos Defensores Públicos*; Sra. Cláudia Regina Bonalume – *Suplente*
23 *do Ministério do Esporte*; Sr. Geraldo Moura Cascaes – *Suplente do Movimento*
24 *de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase*; Pedro Domingues
25 Monteiro Junior – *Suplente do Ministério da Cultura*; Sra. Rita de Cássia
26 Gonzaga Martorelli – *Suplente da Confederação Nacional do Comércio de*
27 *Bens, Serviços e Turismo*; Sr. Paulo Egon Wiederkehr – *Titular do Ministério da*
28 *Educação*; Sr. Natalino Cassaro – *Titular da Confederação Nacional dos*

29 *Trabalhadores na Agricultura; Sra. Sara – Secretária Municipal de Trabalho e*
30 *Promoção Social; Sra. Nazaré Machado – Vice-Presidente Conselho Estadual*
31 *dos Direitos da Pessoa Idosa; Sra. Belina – Secretária do Conselho Estadual*
32 *do Idoso; Sra. Terezinha Torres – Coordenadora do Fórum Metropolitano da*
33 *Pessoa Idosa; Sra. Valquíria - Presidente do Conselho Estadual/PA; Sr. José*
34 *Paulo da Cunha – Conselho Estadual do Idoso; **Abertura.** O Sr. Vilson Augusto*
35 *de Oliveira iniciou os trabalhos propondo uma rodada de apresentações. Após*
36 *as apresentações ressaltou que aquela era a primeira reunião descentralizada*
37 *do CNDI. Destacou que aquele era um ato importante e histórico que valia a*
38 *pena registrar. Em seguida passou à leitura e aprovação da pauta e da ata da*
39 *reunião anterior. Ponderou que o segundo ponto de pauta, a aprovação da Ata*
40 *não seria possível cumprir, visto que o Conselho ainda não tinha a degravação*
41 *da reunião anterior. Em seguida, houve sugestão de inclusão de pauta da fala*
42 *do Conselho Estadual. Na sequência o Sr. Vilson Augusto leu a pauta, fez as*
43 *ponderações pertinentes com relação à ata, e a pauta foi aprovada com a*
44 *inclusão sugerida. Isto posto, o Vice-Presidente informou que a Secretaria de*
45 *Direitos Humanos estava planejando dividir a Secretaria de Promoção e Defesa*
46 *dos Direitos Humanos em duas, em Secretaria de Promoção dos Direitos*
47 *Humanos e Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos. Esclareceu que esta*
48 *não era uma informação ainda oficializada em Diário Oficial, e que após as*
49 *formalizações pertinentes feitas a Secretaria Nacional de Defesa de Direitos*
50 *Humanos passaria a ser coordenada pela Sra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril*
51 *e a Secretaria de Promoção dos Direitos Humanos coordenada pela Sra.*
52 *Nadine Borges. Informou ainda que a Sra. Ana Vagner de Niterói que havia*
53 *sido contratada, mesmo sem formalização, devido questões governamentais,*
54 *para substituir a Sra. Sandra Reali na Coordenação do Idoso, teve dificuldades*
55 *de adaptação em Brasília e havia pedido para deixar o cargo, mas o CNDI já*
56 *fazia conversas com algumas pessoas para resolver a questão. Em seguida*
57 *passou ao relato das Comissões, dando início efetivamente ao cumprimento da*
58 *pauta. **Comissão de Normas.** A conselheira Sara Maria Araújo Melo informou*
59 *que na reunião da comissão foram debatidos e deliberados os seguintes*
60 *assuntos: 1°. Considerando a não publicação da Resolução 12/2011,*
61 *deliberada pelo CNDI na Reunião Extraordinária das Comissões de Normas e*
62 *Políticas Públicas, no dia 15 de julho de 2011, a qual solicitava aos Ministérios*

63 relatório contendo as ações em curso e as ações previstas para efetivação da
64 Política Nacional do Idoso. Bem como orçamento alocado e a previsão
65 orçamentária destinada para a parcela idosa do Plano Plurianual/PPA,
66 2012/2015. Restou prejudicada a apreciação de eventuais respostas dos
67 ofícios aos Ministérios já que os mesmos não foram enviados. Diante disso
68 decidiu-se levar ao conhecimento do plenário a não publicação da resolução
69 pela SDH. Ressaltou que a presidência do CNDI enviou no dia 08 de agosto de
70 2011 e-mail ao Sr. André Cavas Otero, assessor jurídico da SDH cobrando a
71 referida publicação. O que não havia acontecido até aquela data. Informou
72 ainda que foi enviado ofício à então Secretária Nacional de Promoção e Defesa
73 dos Direitos Humanos, Maria Ivonete Barbosa Tamboril, também sem resposta
74 até aquela data. Nesse sentido a Comissão de Normas propôs o envio do ofício
75 desacompanhado da mencionada resolução em face de proximidade da
76 realização da 3ª Conferência e a importância da resposta para subsidiar os
77 grupos temáticos da conferência. 2º. Leitura e apreciação do ofício
78 encaminhado pela presidente do CNDI, Sra Karla Cristina Giacomini, ao
79 Procurador Geral de Justiça do Tocantins solicitando providências acerca da
80 situação do SEDI Tocantins, que era um Conselho sem condições de
81 funcionamento, haja vista o desprovimento de estrutura básica. Bem como com
82 vistas à realização da conferência estadual que não havia sido convocada e a
83 ausência de realização das conferências municipais. Embora, sem resposta do
84 referido ofício ao Procurador Geral, foi feita leitura do e-mail, em resposta ao
85 ofício enviado no dia 19 de agosto pela presidente do SEDI para o CNDI,
86 noticiando as conquistas obtidas, ou seja, informando que a conferência
87 estadual seria realizada, que o SEDI Tocantins ganhou sala com mobiliário, um
88 auxiliar administrativo e um assessor. 3º. Apreciação da demanda do Senhor
89 Milton Lima, do Rio de Janeiro, que reclamava acerca do Plano Técnico de
90 Articulação da Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa/PLANTAR.
91 Informou que tendo havido manifestação preliminar da coordenação da
92 Comissão de Normas deliberando a comissão naquela data pelo
93 encaminhamento do pleito à SDH e solicitação de manifestação da mesma ao
94 CNDI no prazo de trinta dias, foi decidido por encaminhar a demanda do seu
95 Milton de Lima à SDH para que ela própria respondesse. 4º. Deliberou-se pela
96 apresentação a Plenária do CNDI para aprovação do projeto de resolução de

97 criação do grupo de trabalho para elaboração de critérios de utilização do
98 Fundo Nacional do Idoso. Decidiu-se que a apreciação da legislação existente
99 sobre o fundo deveria ser feita pelo grupo de trabalho já aprovado pela última
100 Plenária do CNDI. Em tendo sido constatado pela Comissão de Normas que a
101 composição do GT era feita exclusivamente por representantes não
102 governamentais, deliberou-se que naquela Plenária fosse novamente indagado
103 aos representantes governamentais o seu interesse em integrar o referido
104 grupo. 5º. Entendimento da Comissão de Normas de levar à apreciação da
105 Plenária a proposta de que a demanda que se referia à utilização pelos idosos
106 dos direitos que lhes conferia a prioridade de atendimento previsto no Artigo 3º
107 do Inciso 1 do Estatuto do Idoso, para realização de serviços de terceiros fosse
108 discutido na 3ª Conferência Nacional dos Direitos do Idoso. Haja vista a
109 relevância e a complexidade da matéria, cabendo à Comissão Organizadora da
110 Conferência incluir o assunto em uma roda de conversa, inclusive com a
111 participação de especialistas. 6. Era ponto de pauta da Comissão de Normas,
112 apreciação do regimento interno, porém, não foi possível concluir os trabalhos,
113 tendo em vista que a apreciação do regimento interno era uma tarefa bastante
114 complexa, que demandava muito tempo, no entanto a Comissão já possuía
115 algumas alterações realizadas que seriam enviadas ao e-mail dos conselheiros
116 assim que estivessem prontas. **Comissão de Políticas Públicas.** O
117 conselheiro João Batista Lima Filho informou fora escolhido pela Comissão de
118 Políticas Públicas para representar o GT do Fundo pela Pastoral da Pessoa
119 Idosa. Ponderou que a Comissão achava importante a participação efetiva,
120 coordenada pela SDH/PR no Plano de Madri Mais Dez, por isso solicitou que a
121 secretaria entrasse em contato com a CEPAL para solicitar as informações e
122 orientações de como formular o documento referido ao Plano. Informou ainda
123 que a Subcomissão de Políticas Públicas sugeria a criação de um Grupo
124 Interministerial coordenado pela Casa Civil juntamente com a SDH para a
125 Implementação da Política do Idoso. Ressaltou que a Comissão elaborou uma
126 minuta e solicitou discussões acerca do assunto. Mediante a uma denúncia
127 veiculada em três jornais de publicação nacional a respeito do excesso de
128 consumo de psicotrópicos por pessoas idosas, foi consenso na Comissão
129 enviar um ofício à Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA sobre os
130 artigos da mídia. E repassar à presidente Karla Cristina Giacomin e ao CNDI a

131 questão. E que chegaram à conclusão de que não era um tema no qual o CNDI
132 teria autoridade para tal, mas ele teria como encaminhar e teria a necessidade
133 de encaminhar a questão. Por fim, quanto à apreciação em relação à Ouvidoria
134 do SDH e do Disque 100, a Comissão sugeria que os dados recebidos naquela
135 manhã fossem enviados a quem de direito já trabalhava há algum tempo com
136 isso desde governo anterior, a FICRUZ, para que esta fizesse uma avaliação
137 mais apurada e logo após o CNDI se manifestar. **Subcomissão de Orçamento**
138 **e Financiamento.** A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo
139 informou que a subcomissão fez leitura da Resolução número 03/2006, que
140 descrevia as atribuições da Comissão de Orçamento e Financiamento.
141 Registrou a impossibilidade de cumprimento do que estava posto na citada
142 resolução, haja vista a abrangência das atribuições. Registrou que em razão da
143 preparação da 3ª Conferência Nacional, a Secretaria do CNDI tinha
144 dificuldades em realizar as atividades administrativas de apoio à Comissão.
145 Que houve discussão também, no âmbito da Comissão, sobre a importância do
146 pacto interministerial pelo envelhecimento. Comentou a ausência da publicação
147 do decreto presidencial sobre o Fundo, bem como, as resoluções e ainda a
148 inexistência do edital de utilização dos recursos do fundo. Mencionou a
149 existência de documento básico acerca da contratação dos consultores em
150 parceria com o Itamaraty. Falou sobre a aproximação com a Receita Federal
151 no que tangia a capacitação dos Conselhos sobre gestão do fundo. Questionou
152 sobre a legalidade da utilização dos recursos do fundo para a realização da
153 conferência. Entendeu ser importante a constituição do grupo de trabalho do
154 fundo, por ser uma atividade específica diversa da atribuição originária da
155 comissão qual seja, de acompanhar as leis orçamentárias e atuar junto aos
156 órgãos governamentais, objetivando novas rubricas orçamentárias. Por fim a
157 relatora da Comissão informou que comissão sugeria que o CNDI solicitasse à
158 SDH aproximação com a secretaria do CNDI, com a coordenação de políticas
159 do idoso, inclusive para ocupar o mesmo espaço físico, objetivando atuar
160 conjuntamente, respeitando as atribuições próprias de cada órgão. Propunha
161 agilização da publicação do decreto presidencial e das resoluções até a
162 próxima reunião do CNDI. Ainda, a publicização do número do protocolo e da
163 tramitação dos mencionados documentos, decretos, resoluções. Sugeriu
164 também a solicitação à SDH que apresentasse a minuta do edital do fundo até

165 a próxima reunião, solicitação à Secretaria de Direitos Humanos para articular
166 com a Presidência da República e os Ministérios o pacto interministerial pelo
167 envelhecimento e à Plenária do CNDI para autorizar as conselheiras Yélena de
168 Fátima Monteiro de Araújo, a conselheira Adriana da Silva Pereira e outro
169 conselheiro que desejasse, sem custos para o CNDI, comparecer a audiência
170 com o Presidente da FEBRABAN sobre a capitação dos recursos do fundo por
171 ocasião da conferência estadual de São Paulo. Indagar à Secretaria de Gestão
172 da SDH sobre a legalidade da utilização dos recursos do fundo para realização
173 da conferência. E por último, solicitar à SDH capacitação sobre orçamento
174 público. **Comissão de Articulação de Conselhos.** A Conselheira Vera Nícia
175 Fortkamp de Araújo, informou em relação ao pedido da interação de projetos
176 de pesquisa sobre a situação dos Conselhos Municipais do país, encaminhado
177 pela Senhora Laura Machado, do Rio de Janeiro, a Comissão solicitava o envio
178 do projeto ao CNDI e à Comissão de Articulação de Conselhos para
179 conhecimento e análise. Também sugeriu que houvesse uma licitação para a
180 aprovação em sua viabilidade. Informou que foi indicado também que o ITER
181 fosse uma das instituições incluídas na referida licitação por possuir trajetória
182 de pesquisas sobre a população idosa. Esclareceu que a Sra. Laura Machado
183 foi até a SDH solicitando a listagem dos Conselhos Municipais existentes no
184 país e o conhecimento era de que o total era de aproximadamente mil e
185 duzentos, porém os dados não eram fidedignos e se desconhecia sobre a fonte
186 desses mil e duzentos. Lembrou que o ex secretário executivo do Conselho, Sr.
187 Eduardo Ramires Meza, havia elaborado um cadastro que fora aprovado pelo
188 CNDI, sobre os Conselhos Estaduais e Municipais e posteriormente enviado a
189 todos os Conselhos, contudo, até aquele momento não houve retorno por parte
190 dos mesmos. Com relação às conferências estaduais, informou que os
191 conselheiros do CNDI já estavam escalados para contribuir nas demandas e
192 reforçou ser de grande importância a presença do CNDI nos Estados da
193 federação brasileira. Informou que a Comissão solicitava que os representantes
194 do CNDI, enviassem um relatório dos subtemas apresentados, fotos, sugestões
195 e observações. Sobre a capacitação para os conselheiros informou que a
196 Comissão sugeria que a SDH disponibilizasse o recurso financeiro já previsto
197 para a sua viabilização. Ainda retomada da cartilha existente, atualizada,
198 seguindo o planejamento estratégico do CNDI, gestão 2010/2012 e tornando-a

199 mais acessível para ser distribuída em todo o território nacional. Sugestão
200 também de elaboração de uma cartilha para o conhecimento necessário para a
201 criação de Conselhos Municipais no país. Ressaltou a importância de serem
202 elaboradas e publicadas as cartilhas sobre o Estatuto do Idoso, com linguagem
203 adequada a pessoa idosa com o conhecimento sobre os cento e dezoito
204 artigos. Solicitar ainda à SDH a cobrança dos textos solicitados aos Conselhos
205 Estaduais sobre como os Conselhos compreendiam a temática do
206 envelhecimento diante da sua atuação para constarem nos anais da 3ª
207 Conferência. Efetuar a cobrança do envio dos relatórios das conferências
208 estaduais observando a data de entrega e a serem entregues posteriormente à
209 relatoria. Constar na pauta da reunião do fórum regional entre Conselhos, a
210 elaboração da carta direcionada aos gestores municipais e políticos cobrando a
211 criação de Conselhos Municipais. Solicitar à SDH o envio à Comissão de
212 Articulação de Conselhos o relatório da segunda reunião do CNDI. E para
213 finalizar verificar e solicitar a atual presidente do Conselho Estadual de BH, as
214 deliberações do último Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais que foi
215 realizado no estado em 2010, como também a data e qual o estado seguiria o
216 próximo encontro. Terminado o relato o Sr. Wilson Augusto de Oliveira abriu a
217 palavra aos conselhos Estaduais, que através da Sra. Valquíria falou sobre a
218 não padronização das denúncias por parte não da Ouvidoria, mas de muitas
219 outras portas. O vice-presidente sugeriu que pautassem uma conversa na
220 Ouvidoria de Direitos Humanos sobre o fluxo de denúncias e a possibilidade de
221 montar uma sala na 3ª Conferência do Idoso, onde na mesma seria
222 apresentado como funcionava o Disque 100 e até mesmo levar alguns tele
223 atendentes para estarem prestando informações sobre o funcionamento.
224 Voltando à pauta propriamente dita a conselheira Sara Maria Araújo Melo
225 informou que recebera notícia através da Sra. Sandra Reali que a assessoria
226 jurídica da SDH/PR informou que a resolução 12 foi encaminhada para a
227 publicação no Diário Oficial da União e tinha o prazo máximo de até sexta feira
228 daquela semana para que publicação fosse feita. E nesse sentido a Comissão
229 de Normas retirava a sua proposta feita em relatório e aguardaria mais uma
230 vez, a publicação da resolução para que ela fosse encaminhada, junto com os
231 ofícios que já estavam preparados. Em relação à resolução de criação do
232 Fundo do Idoso informou que a Comissão de Normas não tinha

233 posicionamento sobre o assunto. Após pesquisa relativamente rápida, não
234 foram encontradas jurisprudências que tratassem do tema e por isso que a
235 sugestão da Comissão de Normas era levar o assunto para ser deliberado em
236 uma roda de conversa na 3ª Conferência Nacional do Idoso. O conselheiro
237 João Batista Lima Filho questionou aos membros da Comissão de Políticas
238 Públicas se concordavam, a fim de dar encaminhamento, que tivessem uma
239 deliberação única entre Comissão de Políticas Públicas e a Comissão de
240 Normas a partir da opinião que foi dada pela Comissão de Normas para a
241 resolução da questão em discussão. Foi acordo. Com isso, o relatório da
242 Comissão de Normas foi aprovado em seguida. Com relação à Comissão de
243 Políticas Públicas a conselheira Magda Hennes reiterou a proposta da
244 Comissão, com relação à não existência de um Programa da Pessoa idosa,
245 que fosse elaborado um Plano de Ação, para a criação de um Programa
246 Nacional da Pessoa Idosa a exemplo do que foi feito junto ao Conselho
247 Nacional da Pessoa com Deficiência na questão de encaminhamentos de
248 novas propostas de ação para a pessoa com deficiência capitaneadas pela
249 Casa Civil e SDH/PR. A conselheira Fátima Rodrigues Guimarães informou
250 que já que já foi criado no âmbito da Casa Civil um grupo de trabalho
251 interministerial com assento inclusive de muitos representantes
252 governamentais do CNDI, cuja finalidade, foi propor um pacto na área do
253 envelhecimento ativo e saudável. A conselheira Luiza Fernandes Machado
254 ponderou que era importante lembrar que além de tudo, havia uma Política
255 Nacional do Idoso, uma política nacional onde todas as ações deveriam pelo
256 menos estar sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos e da
257 Coordenação do Idoso, mas era importante relembrar que o pacto já foi
258 assinado por todos os ministérios e estava na Casa Civil. Então era preciso
259 reaver esse pacto, buscar novas inclusões, fomentar em todas as esferas do
260 governo a que realmente fosse cumprido. Perguntado ao Plenário seria
261 consenso a solicitação da criação de um Grupo de Trabalho Interministerial que
262 trabalhasse nos moldes do Plano de Ação da Pessoa com Deficiência para a
263 criação da Política Nacional da Pessoa Idosa, e foi consenso. Isto posto o
264 relatório da Comissão de Políticas Públicas foi aprovado. Devido o adiantado
265 da hora o Sr. Vilson Augusto de Oliveira ponderou que seria melhor
266 suspenderem os trabalhos, e retomassem as discussões após o lançamento da

267 3ª Conferência Nacional do Idoso que aconteceria na parte da tarde.
268 **Lançamento da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.** O
269 mestre de cerimônias saudou a todos e de pronto passou a palavra à anfitriã
270 daquele evento. A Sra. Walkiria Alves ressaltou que era com enorme prazer e
271 alegria que seu Estado estava sediando lançamento da Conferência Nacional
272 dos Direitos da Pessoa Idosa, pela primeira vez o Congresso Brasileiro de
273 Alzheimer. Enfatizou que o Conselho Estadual do Pará acompanhava as
274 políticas públicas voltadas ao segmento do idoso na área da assistência e a
275 construção do Abrigo Val de Cans totalmente dentro das normas da
276 acessibilidade. Também a criação do Centro de Referência do Idoso. Na área
277 da educação, informou que o Conselho também acompanhava a questão da
278 inserção da temática do envelhecimento no ensino, onde perceberam que
279 infelizmente aumentava bastante o índice de violência contra a pessoa idosa. E
280 acreditava-se que através da educação, do fortalecimento da família e de
281 ações Inter geracionais era possível evitar variados tipos de violência. Com
282 relação à Saúde destacou que muitas ações estavam sendo concretizadas,
283 com capacitação dos cuidadores, dos profissionais da área saúde, do
284 Programa Saúde da Família. A caderneta da saúde do idoso estava sendo
285 bastante difundida no estado. Por fim agradeceu a presença de todos em
286 especial do Conselho Nacional do Idoso. Em seguida o Mestre de Cerimônia
287 passou a palavra ao Vice-Presidente do CNDI< Sr. Vilson Augusto de Oliveira
288 que iniciou destacando que para ele, particularmente era uma meta
289 inalcançável, ser membro do Conselho Nacional do Idoso, no entanto estava
290 ali. Ressaltou que era um prazer muito grande poder fazer parte daquele
291 momento. Informou que o Conselho Nacional do Idoso era composto de vinte e
292 oito pessoas, quatorze da sociedade civil e quatorze do idoso, e ressaltou a
293 importância da presença de mais da metade dos conselheiros naquela reunião,
294 o que era um número alto e significativo, e que mostrava claramente o
295 compromisso daquelas pessoas com o Conselho. Por fim, saudou a todos
296 deixando clara sua disposição de fazer daquela conferência a melhor
297 conferência de todas as Conferências da Pessoa Idosa. O Sr. Valdir Macieira,
298 Promotor de Justiça do Estado do Pará, saudou a todos e ressaltou sua
299 satisfação do estado do Pará estar sediando a abertura oficial da 3ª
300 Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e importante relevância do

301 tema. Enfatizou que era uma preocupação do Estado do Pará os números
302 disponibilizados pelos Disque 100 do aumento de violência contra idosos e por
303 isso o Estado viabilizava junto à SDH/PR a criação de uma Delegacia Especial
304 do Idoso para tratar especificamente da temática e de outras mais pertinentes.
305 Destacou que havia necessidade de uma atenção especial ao idoso ainda mais
306 com o número grande de pessoas envelhecendo no país e o Ministério Público
307 mais uma vez estava ali para junto com a sociedade, junto com os
308 representantes de o estado dar condições para que houvesse um respeito,
309 uma maior dignidade ao idoso. Convidado a falar o Deputado Carlos Bordalo
310 reiterou as saudações já colocadas e a importância da realização daquela
311 Conferência. Desejou sucesso na conferência nacional e que continuassem
312 avançando na política de democratização da construção de políticas públicas
313 no Brasil. O Sr. José Acreano agradeceu a presença de todos e enfatizou sua
314 satisfação de estar representando naquela abertura oficial o Governador Simão
315 Jatene. Informou que foram repactuados dois importantes convênios para o
316 estado do Pará, através da prorrogação da vigência e de remanejamento de
317 recursos dentro dos convênios. O primeiro tratava do convênio de combate ao
318 sub-registro que era muito importante para o estado. E o segundo de um
319 convênio que iria formar um grupo móvel de combate à exploração sexual,
320 infante juvenil na Ilha do Marajó. Especificamente no município de Breves,
321 Portel, Curalinho e Melgaço. Por fim, entregou à Ministra Maria do Rosário
322 Nunes o relatório da primeira ação do grupo móvel que foi realizado em Breves
323 no mês de agosto. Enfatizou que a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da
324 Pessoa Idosa representava, na verdade, o fortalecimento do relacionamento
325 democrático entre o estado e a sociedade. Vinha, na verdade para fortalecer
326 políticas públicas voltadas a realmente a conquista do envelhecimento de
327 forma plena, com qualidade de vida plena, o que não podia esquecer é que
328 aquela Conferência seria um momento que de discutir as questões dos direitos
329 dos idosos, o que representava um avanço na relação entre o estado e a
330 sociedade, que precisava sempre estar sendo fortalecida. Era preciso cuidar da
331 relação, porque só dessa forma alcançariam todos os objetivos. Informou que o
332 Governo do Estado do Pará tentava direcionar de forma responsável a política
333 de direitos humanos. Informou que o Governador Simão Jatene determinou a
334 reformulação e a implantação do plano estadual de combate ao sub-registro do

335 plano estadual de justiça em direitos humanos. E a reestruturação e
336 reformulação do Polo de Justiça do Município de Santarém. Informou que
337 houve implantação do Polo de Justiça do Município de Marabá, que estava
338 funcionando no centro administrativo do governo do estado, e também a
339 reestruturação do Polo de Justiça do Município de Altamira. Por fim, reiterou
340 que tinha certeza, convicção e clareza que todo estudo e todo conhecimento
341 que surgiria naquela conferência serviria de suporte, sem dúvida nenhuma,
342 para o avanço na matéria e na política do direito do idoso. Em seguida foi dado
343 turno da palavra à Sra. Nadine Borges que primeiramente cumprimentou a
344 todos e falou da sua satisfação de também participar daquele evento e
345 ressaltou a importância do alcance das políticas públicas e de direitos humanos
346 a todas as temáticas, a cada cidadão brasileiro. Em seguida o Mestre de
347 Cerimônia passou a palavra à Ministra Maria do Rosário Nunes que iniciou sua
348 fala agradecendo e parabenizando pela realização daquele evento. Lembrou
349 da realização da 52ª Reunião Ordinária do CNDI, primeira descentralizada, que
350 acontecia concomitantemente ao lançamento oficial da 3ª Conferência Nacional
351 dos Direitos da Pessoa Idosa. Ressaltou que a Conferência lançava um alerta
352 para as autoridades brasileiras e para a sociedade em todas as esferas,
353 inclusive com espírito de que cumprissem plenamente diretrizes que estavam
354 presentes no Estatuto do Idoso e nas legislações que foram constituídas ao
355 longo dos anos para estabelecerem referências de direitos humanos para a
356 população idosa. Citou, além do próprio Estatuto do Idoso que era de 2003, a
357 Política Nacional do Idoso de 04 de janeiro de 1994, e a lei mais recente que
358 constituía uma vitória do CNDI, o Fundo Nacional do Idoso que era de janeiro
359 de 2010, que estava em pleno funcionamento. Ressaltou que todos os dias o
360 Brasil perdia desenvolvimento com a ausência de políticas, de atendimento, e
361 valorização da vida de um povo que tudo deu para este país, a pessoa idosa,
362 que tudo ofereceu para este país inclusive a sua saúde física, mental, as suas
363 condições de melhor contribuição e que ainda continuava oferecendo.
364 Enfatizou que a conferência era um alerta para a sociedade, para que ela
365 estivesse mais mobilizada lutando e encantando através dos Conselhos
366 Municipais, Estaduais, organizando a sua base para estruturar e acompanhar a
367 qualidade das políticas. Mas ao mesmo tempo, a sociedade precisava também
368 agir contra os valores hegemônicos, os valores do capital, os valores, a lógica

369 de mercado onde quem era principalmente destruído por esta lógica era o
370 próprio ser humano. Destacou que era preciso realizar boas conferências
371 estaduais com a interação entre sociedade e o poder público. Aproveitou para
372 solicitar, modo especial, ao estado do Pará que realizasse uma grande
373 conferência nos dias 21 e 22 de setembro de 2011 sobre os direitos da
374 população idosa. Lembrou que era papel de todos a realização de uma e o
375 desejo era que pudessem de fato responder à altura do desafio que estava
376 colocado. Por fim, desejou boa conferência a todos. Com as palavras da
377 Ministra, o Mestre de Cerimônia declarou lançada a 3ª Conferência Nacional
378 dos Direitos da Pessoa Idosa e encerrou a solenidade.
379 Sem nada mais a degravar, eu Cláudia Americana Dolabella encerro a
380 transcrição da 52ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de agosto 2011 em Belém-
381 PA.
382
383

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI.
Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou
mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar
sua autenticidade.